

Obra de desassoreamento e despoluição do Canal do Fundão, no Rio de Janeiro: exemplo de investimento em infraestrutura necessário para o país sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016



IGNÁCIO FERREIRA / GOVERNO DO RIO DE JANEIRO

Legislativo vai fiscalizar gasto público com Copa e Olimpíadas

Começa a ser organizada uma rede de fiscalização que envolve os legislativos municipais, estaduais e federal e os tribunais de contas. No Senado, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo já acompanha os preparativos para os dois grandes eventos esportivos.

páginas 6 e 7

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV — Nº 3.131/242 — Brasília, 9 a 15 de novembro de 2009

EDIÇÃO SEMANAL



habitação

Crédito mais fácil para população de baixa renda

página 5

Proposta dá novo impulso ao movimento cooperativo

Legislação brasileira, que tem quase 40 anos, pode sofrer profundas mudanças com a eliminação da tutela estatal sobre as cooperativas e a participação de pessoas jurídicas. O relator apresenta seu parecer à CCJ nesta quarta-feira.

meio ambiente

Lei deve ser atualizada para frota oficial incluir carros flex

página 10

justiça

Maior rigor para condenados por crime hediondo

página 11



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA/DIVULGAÇÃO

Produção de trigo por cooperativa no interior do Paraná: país tem 7,9 milhões de cooperados. Setor responde por 6% do produto interno bruto

páginas 8 e 9

e mais...

projetos aprovados	3
ambiente legal	10
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



cidadania

Internet na campanha eleitoral

A principal novidade das eleições de 2010 é a regulamentação da campanha na internet. No *Especial Cidadania*, as normas de convivência na rede a serem cumpridas por candidatos, partidos, eleitores e provedores.

página 16

balanço

Senado aprovou 260 projetos em outubro

página 2

mercosul

Plenário deve votar nesta quarta-feira ingresso da Venezuela no bloco regional

página 3

NOTA AO LEITOR – Parte da tiragem desta e das próximas edições do *Jornal do Senado* circulará em papel comum, e não em reciclado. A licitação para a compra do papel já foi iniciada. Até o final do ano, a edição semanal do jornal deve voltar a ser impressa em papel reciclado.

balanço

Senado aprovou 260 matérias em outubro

Desse total, 21 foram enviadas à sanção do presidente da República e 25 remetidas ao exame da Câmara dos Deputados; 145 foram promulgadas

O Senado aprovou 260 matérias em outubro. Entre elas, destaca-se a aprovação da proposta que acaba com a Desvinculação de Receitas da União (DRU) no setor da educação. Com a aprovação da PEC 96-A/03, da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o governo fica obrigado a acrescentar ao orçamento da área mais de R\$ 9 bilhões que vinham recebendo outro destino.

Também vai à promulgação a PEC 87-A/03, que transfere para a União os servidores do ex-território de Rondônia. A aprovação do chamado "Ato Olímpico" (PLC 128/09) permite ao Executivo garantir as condições necessárias à realização das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro.

Também foi à sanção o substitutivo da Câmara a projeto (PLS 20/05) de Flávio Arns (PSDB-PR) que elimina a obrigatoriedade de renovação, a cada três anos, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

Foi aprovada ainda a PEC 29/03, enviada à Câmara. O texto de Lúcia Vânia (PSDB-GO) abre caminho para a criação de uma lei de responsabilidade social.

Das matérias acatadas, 21 foram enviadas à sanção presidencial e

25 à Câmara; e 145 estão sendo promulgadas: além das duas PECs, 121 concessões de telecomunicações, 16 acordos internacionais, cinco operações de crédito e um projeto de resolução.

Decisão final

Veja algumas das principais matérias votadas terminativamente pelo Senado em outubro

Proposta	Autor	Objetivo	Destino
PEC 96-A/03	Senadora Ideli Salvatti	Extingue a DRU na educação	Foi à promulgação
PEC 29/03	Senadora Lúcia Vânia	Cria avaliação da ordem social baseada em indicadores de responsabilidade social	Foi à Câmara dos Deputados
PLS 20/05	Senador Flávio Arns	Elimina necessidade de renovação a cada três anos de certificado de entidade beneficente	Foi à sanção presidencial
PLS 258/08	Senador Cristovam Buarque	Coloca, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica	Foi à Câmara dos Deputados
PLC 42/09	Deputado Maurício Rands	Proíbe que aluno seja matriculado ao mesmo tempo em duas universidades públicas	Foi à sanção presidencial
PLS 236/06	Senador Demostenes Torres	Permite aos cônjuges alterar o regime de bens, quando lhes aprouver	Foi à Câmara dos Deputados
PLC 128/09	Poder Executivo	Institui o Ato Olímpico, para oferecer garantias à realização, no Rio de Janeiro, das Olimpíadas de 2016	Foi à sanção presidencial
PLS 296/08	Senador Gerson Camata	Obriga os estabelecimentos de locação de terminais de computadores – as <i>lan houses</i> – a manter cadastro de seus usuários	Foi à Câmara dos Deputados

Senadores celebram 120 anos da proclamação da República

O Senado comemora, na sessão desta quinta-feira, às 14h, os 120 anos da proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889 e liderada pelo marechal Deodoro da Fonseca. O requerimento solicitando a homenagem é de Cristovam Buarque (PDT-DF).

Com a homenagem, Cristovam pretende promover no Legislativo uma reflexão sobre o que foi feito nesses 120 anos para transformar o Brasil de um Império em uma República, tarefa, segundo ele, ainda inconclusa.

– Ainda não conseguimos

construir uma República. Ainda não conseguimos transformar os súditos da coroa em cidadãos da República. Ainda não conseguimos dar oportunidades iguais a todos, o que é uma condição fundamental da República – frisou.

Para o senador, a data é uma das três mais importantes do país, ao lado da Independência e da Abolição da Escravatura. A proclamação da República representou o fim da monarquia e a deposição do imperador D. Pedro II. Com a vitória do movimento republicano, um governo provisório assumiu o poder.

50 anos da Revolução Cubana e marinheiros recebem homenagem

O Congresso já tem programadas duas sessões solenes no mês de dezembro. Uma, no dia 1º, para comemorar os 50 anos da Revolução Cubana, e outra no dia 8 para celebrar o Dia do Marinheiro.

A comemoração do aniversário do movimento que instaurou o socialismo em Cuba foi requerida pelo senador João Pedro (PT-AM) e pela deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Já a celebração do Dia do Marinheiro foi requerida por Romeu Tuma (PTB-SP) e pelos deputados Gustavo Fruet (PSDB-PR) e Raquel Teixeira (PSDB-GO).

Relação entre o TCU e o Poder Executivo é tema de debate

As comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realizam nesta terça-feira audiência para analisar e debater as divergências na atuação e nas ações administrativas e judiciais que estão ocorrendo entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Poder Executivo federal.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), um dos senadores que pediram o debate, “o governo está num confronto aberto com o TCU”. Ele lembrou que o presidente Lula disse que a Lei de Licitações atrapalha as obras.

comissões

Segunda-feira

18h – INFRAESTRUTURA

Pré-sal – Audiência pública examina o marco regulatório do pré-sal. Participam a engenheira de produção Paula Kovarsky; o ex-presidente da Petrobras Eduardo Teixeira; o professor de Economia da UFRJ Helder Queiroz Pinto Junior, e o superintendente de pesquisas do BNDES, Ernani Torres.

Terça-feira

10h – AGRICULTURA

Cacau – A comissão debate os problemas do setor cacauzeiro e a evolução do PAC do Cacau. Foram convidados, entre outros, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes; o diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Jay Wallace da Silva e Mota; e o superintendente da Ceplac regional da Bahia e Espírito Santo, Antonio Zóximo de Matos Costa.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Dpvat – A comissão examina pauta com 16 itens, entre eles projeto que permite o parcelamento do pagamento do Dpvat.

10h30 – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E MEIO AMBIENTE

Divergências – Audiência pública para debater divergências entre o TCU e o Executivo federal a respeito de ações administrativas e judiciais. Estão convidados o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo; o presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar; e o procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, entre outros.

11h – EDUCAÇÃO

Pnae – Projeto que cria o décimo quarto salário dos profissionais da educação da rede pública consta da pauta da comissão, além de proposta que trata do repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

14h – CPI DA PETROBRAS

Depoimento – A comissão ouve o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli de Azevedo.

14h30 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Energia – Os senadores debatem mecanismos de compensação para os gases do efeito estufa que podem resultar da extração do petróleo da camada do pré-sal e tributação de

atividades produtivas que aumentam o efeito estufa. Foram convidados representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, de Minas e Energia e da Petrobras.

16h30 – CONGRESSO

Visita – O Congresso Nacional realiza sessão solene para receber o presidente de Israel, Shimon Peres, que estará em visita oficial ao Brasil.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Telecomunicações – A comissão debate sanções administrativas a empresas de telecomunicações. Foram convidados o subprocurador-geral da República, Aurélio Virgílio Veiga Rios; o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita Wada; e o diretor da Secretaria de Fiscalização de Desestatização do Tribunal de Contas da União, Marcelo Barros Gomes, entre outros.

9h30h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Solenidade – Colocação do retrato do senador Marco Maciel na galeria de ex-presidentes da CCJ.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Diploma – Na pauta, projeto que estabelece que o cumprimento de pena privativa de liberdade seja em regime fechado. Também na pauta proposta que prevê a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, com habilitação em jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.

10h30 – CONGRESSO

Constituição – Sessão solene para promulgar as emendas constitucionais 59, 60 e 61/09.

Quinta-feira

9h – CIÊNCIA E TECNOLOGIA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E RELAÇÕES EXTERIORES

Ciência e paz – Sessão conjunta para celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, estabelecido pela ONU. Entre os convidados, o chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia, José Monserrat Filho; o representante da Unesco no Brasil, Vincent Defourny; e o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Marco Antonio Raupp.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

10h – Sessão especial Homenagem – Comemoração dos 40 anos de fundação do Serviço Geológico do Brasil.

14h – Sessão deliberativa

Tributos – A pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 17/09) elaborado a partir da MP 468/09, que transferiu depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal.

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

República – Na hora do expediente, comemoração dos 120 anos da proclamação da República.

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

comissões



Dornelles (E) argumenta que agência não tem pessoal para fiscalizar 37 mil postos do país e que combustível é adulterado antes de chegar à revenda

Maior fiscalização para evitar adulteração de combustíveis

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou proposta que determina a fiscalização anual das empresas de distribuição de combustíveis. Se for constatada adulteração na distribuidora, a proposta prevê que a fiscalização se estenda a toda a rede de postos de revenda por ela atendida.

O relator, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), alterou o projeto original (PLS 291/09), da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ), para que a fiscalização anual seja feita apenas nas distribuidoras e não nas revendas ao consumidor. Dornelles argumenta que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) não dispõe de pessoal suficiente para fiscalizar os 37 mil postos de combustíveis do país, mesmo se fizer convênios com estados e municípios.

Segundo ele, a adulteração geralmente ocorre antes de o produto chegar às bombas.

Publicidade oficial só com brasão e nome do órgão

A CCJ aprovou projeto com novas regras para coibir propaganda oficial que identifique dirigentes públicos. Pelo texto (PLS 58/07), de Cristovam Buarque (PDT-DF), a publicidade das ações e obras públicas deve conter somente o brasão do estado ou município e o nome do órgão responsável. As regras se estendem a documentos oficiais e cartões de programas sociais como o Bolsa Família. Também não poderão ser usados símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

Projeto combate propaganda em rádio comunitária

As autorizações para a radiodifusão comunitária poderão ficar restritas a associações ou fundações em atuação há pelo menos dois anos. Esse é o teor de projeto (PLS 260/09) aprovado terminativamente na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O texto, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), pretende evitar o uso inadequado e comercial que não se limite às finalidades educativas e culturais.

– As comunitárias estão invadindo a comunicação privada, comercial – disse.

Plenário vota adesão da Venezuela ao Mercosul

Líder do governo, Romero Jucá tem expectativa de que protocolo seja aprovado nesta quarta-feira. Oposição, porém, prevê debate acirrado e riscos ao bloco

Acordo de lideranças transferiu para esta quarta-feira a votação em Plenário sobre a entrada da Venezuela no Mercosul, que estava prevista para a semana passada.

No final de outubro, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, por 12 votos a 5, o protocolo de adesão do novo sócio ao bloco formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Apesar da polêmica em torno do tema, o relator na CRE,

senador Romero Jucá (PMDB-RR), mostrou-se otimista quanto à aprovação da adesão daquele país.

Já a oposição prevê um debate acirrado. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), avalia que o ingresso da Venezuela no Mercosul pode mergulhar o bloco numa crise terminal, já que os embates políticos do presidente do país, Hugo Chávez, com os Estados Unidos e Israel, por exemplo, poderiam travar os interesses

econômicos do bloco.

– Talvez seja o momento de começarmos simplesmente como área de livre comércio, sem envolvimento político. O Mercosul não pode se tornar um ônus para o Brasil – afirmou.

Para a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a Venezuela só fará o bloco mais forte. Ela disse que a política interna venezuelana não pode se sobrepor.

– Um bloco econômico ultrapassa quem está no governo.



Magalhães (E) e Valladolid (D) tiveram seus nomes aprovados pela CRE, presidida por Azeredo (ao centro, com Roberto Cavalcanti)

Diplomatas defendem presença brasileira no Caribe

O fortalecimento da presença brasileira no Caribe foi defendido pelos futuros embaixadores junto a São Cristóvão e Névis e Trinidad e Tobago, respectivamente Miguel Júnior França Chaves de Magalhães e Haroldo Teixeira Valladolid Filho. Eles foram aprovados pela CRE para assumirem os cargos. A decisão agora depende do Plenário.

Indicado para ser o primeiro embaixador brasileiro junto a São Cristóvão e Névis, Magalhães entende que o Brasil tem que mar-

car presença na América Latina como potência pacífica.

São Cristóvão e Névis é um arquipélago com 40 mil habitantes, cuja economia é baseada no turismo, na construção civil e no cultivo de cana-de-açúcar. É um dos quatro países selecionados pelo Brasil e pelos Estados Unidos para cooperação na produção de biocombustíveis.

Já Haroldo Filho, atualmente embaixador na Croácia, ressaltou o grande potencial de Trinidad e Tobago para a produção de pe-

tróleo e gás, o que tem atraído o interesse de empresas brasileiras. Ele mencionou a possibilidade de a Vale instalar uma siderúrgica naquele país caribenho.

A CRE aprovou ainda parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo 656/09, que aprova cooperação técnica entre o Brasil e Burquina Faso. O relator, senador Paulo Duque (PMDB-RJ), pediu que o Itamaraty apresente com frequência os resultados de acordos de cooperação aprovados pelo Senado.

projetos aprovados

De 3 a 6 de novembro

CCJ

➔ **PLC 199/09**, do Supremo Tribunal Federal (STF) – Cria o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas. Vai à sanção.

➔ **PLC 191/09**, do Executivo – Cria a Secretaria Nacional de Futebol e da Defesa dos Direitos do Torcedor no Ministério do Esporte. Vai à sanção.

➔ **PLS 182/05**, de Cristovam Buarque (PDT-DF) – Define como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa

Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Vai à Câmara.

➔ **PLS 58/07**, de Cristovam Buarque – Impõe limites à publicidade oficial. Vai à Câmara.

➔ **PLS 122/08**, de Marconi Perillo (PSDB-GO) – Institui garantias para nomeação de aprovados em concursos públicos. Vai à Câmara.

CAE

➔ **PLS 117/07**, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) – Diminui as exigências das instituições financeiras para conceder financiamentos habitacionais de interesse social. Vai à Câmara.

➔ **PLS 144/08**, de Sérgio Zambiasi – Isenta máquinas de escrever do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Vai à Câmara.

CMA

➔ **PLS 15/08**, do ex-senador Sibá Machado – Determina a divulgação da composição e da qualidade de poluentes emitidos pelos veículos comercializados no país. Vai à Câmara.

➔ **PLC 146/09** – Adequa a nomenclatura sobre o sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com o uso de fio-terra. Vai à sanção.

➔ **PLC 138/09** – Obriga estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço a oferecer, em local visível ao público, um exemplar do Código de Defesa do Consumidor. Vai à Câmara.

CCT

➔ **PLS 260/09**, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – Determina que somente as entidades constituídas há pelo menos dois anos terão autorização para explorar serviço de radiodifusão comunitária. Vai à Câmara.

Foram aprovados ainda **34 projetos de decreto legislativo** que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em diversos estados.

decisões

Redução de tributo para microempresa cultural e artística

A alíquota de tributação das micro e pequenas empresas ligadas à produção cultural e artística deverá cair de 17,5% para 6%, segundo projeto (PLC 200/09) aprovado pela Comissão de Educação (CE). A comissão também pediu que o Plenário analise a medida em regime de urgência. A relatora, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), destacou que as empresas do setor são responsáveis por aproximadamente 5% do produto interno bruto (PIB) e merecem o incentivo.

Congresso pode autorizar revisão de acordo ortográfico

O Congresso poderá autorizar o governo a rever o acordo ortográfico firmado com os países de língua portuguesa. A sugestão foi feita pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), após ouvir críticas ao acordo durante debate na CE. No Brasil, o acordo entrou em vigor em 1º de janeiro. Segundo o texto, as mudanças na ortografia serão obrigatórias a partir de 2013. Cristovam Buarque (PDT-DF) e Flávio Arns (PSDB-PR) se espantaram com a quantidade de falhas no acordo exposta na audiência.

Dia Nacional da Cultura é marcado por sessão solene

O Congresso comemorou o Dia Nacional da Cultura, que coincide com o nascimento do político e jurista Rui Barbosa, em 5 de novembro de 1849. Mão Santa (PSC-PI) cobrou uma divisão mais equânime dos recursos federais entre as atividades culturais. O senador disse lamentar que 90% das cidades brasileiras não possuem uma livraria. O ministro da Cultura, Juca Ferreira, informou que menos de 10% da população tem acesso a museus e que 17% compram livros.

Ministro pede medidas de apoio à cultura

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, pediu ao presidente do Senado, José Sarney, apoio para projetos de interesse da classe artística. Participaram do encontro o presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, deputado Magela (PT-DF), a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e artistas.

Aprovado em concurso pode ter posse garantida

Projeto de Marconi Perillo prevê cronograma de nomeação. Relator, Adelmir Santana entende que aprovado tem direito de ser nomeado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) que busca assegurar a nomeação de aprovados em concursos públicos. De acordo com o projeto (PLS 122/08), os editais de concurso público devem trazer a quantidade de vagas a serem preenchidas no prazo de validade do concurso e o cronograma das nomeações.

Pelo texto do relator, Adelmir Santana (DEM-DF), os candida-

tos aprovados no limite de vagas previsto no edital têm direito à nomeação durante a validade do concurso, desde que existam cargos e respeitados o Orçamento e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Marconi argumenta que os órgãos públicos não fazem um planejamento sério da gestão de pessoal e não preenchem as vagas anunciadas em concurso. Dessa forma, disse, os concursos “estão brincando com a vida daqueles que se dispuserem a se preparar” para eles.

O relator observa que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça já reconhecem que a aprovação nesses certames gera direito à nomeação. Antes, apenas geraria a expectativa de direito a ela.

“Em épocas outras, de viés autoritário, era comum pensar em poderes da administração. Os doutrinadores mais modernos preferem falar em poderes-deveres, bem mais adequados ao Estado democrático de direito”, argumenta Adelmir.

Novas regras para nomeação antes de eleições

A nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até três meses antes de eleições só será permitida se observada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A proposta foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PLS 91/09), de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), altera a Lei Eleitoral e teve como relator Lobão Filho (PMDB-MA).

– O efeito prático da remissão à LRF será o de desestimular as nomeações de concursados feitas de afogadilho, com propósitos eleitorais – argumenta Lobão Filho.

O relator excluiu do projeto original a necessidade de reserva de recursos para honrar, nos três primeiros meses do exercício seguinte, as despesas



Flexa Ribeiro propôs a vinculação das nomeações feitas três meses antes da eleição ao cumprimento dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal

geradas com as nomeações de concursados. Na avaliação de Lobão Filho, tais recursos devem estar previstos na lei orçamentária do respectivo exercício. Ele propôs ainda

emenda para restringir a possibilidade de nomeação prevista no projeto a cargos localizados em entes da Federação diferentes do âmbito de realização da eleição. A matéria vai à CCJ.

FIM DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A CAE aprovou o fim da cobrança da contribuição social de empregadores criada para cobrir o passivo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) gerado pelos planos Verão e Collor I. A aprovação teve o apoio dos governistas depois de o relator, Adelmir Santana (DEM-DF), concordar em adiar para 31 de julho de 2012 a data do término da cobrança. O projeto original (PLS 198/07), de Renato Casagrande (PSB-ES), previa a cobrança até dezembro de 2010. O recolhimento é de 10% sobre o saldo do FGTS acumulado durante o contrato de trabalho.

TRABALHADOR TERÁ MAIS FOLGAS

Os trabalhadores poderão ganhar o direito de faltar ao trabalho mais duas vezes ao ano, sem perda de salário, uma para tratar de assuntos particulares e outra para acompanhar o filho na escola. O benefício está previsto em texto aprovado pela CAE que fundiu dois projetos: o PLS 23/03, de Paulo Paim (PT-RS), e o PLS 139/08, de Cristovam Buarque (PDT-DF). Segundo o relator, Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), a iniciativa implicará aumento do custo de cada trabalhador de 0,002% ao ano, valor que ele considera insignificante se comparado com os benefícios.

CI aprova novo sistema de defesa da concorrência

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou proposta (PLC 6/09) que reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), do Ministério da Justiça, e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda. A proposta amplia os quadros técnicos, institui a análise prévia de atos de concentração, com prazos para a decisão final e torna mais ágil o processo administrativo. O relator, Wellington Salgado (PMDB-MG), estaleceu em R\$ 150 milhões o valor dos negócios de fusão ou incorporação de empresas que serão submetidos ao CADE. O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

CMA fixa prazo para devolução de cobrança indevida

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) acatou projeto do senador Gim Argello (PTB-DF) que altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) para fixar prazo para que o fornecedor faça a devolução de valores pagos indevidamente (PLS 189/09).

O relator, João Pedro (PT-AM), fixou o prazo em 15 dias. No caso de descumprimento, será cobrada multa de 10% sobre o valor a ser devolvido.

A legislação atual estabelece que o consumidor, debitado em quantia indevida, tem direito a receber de volta o dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais.

Máquina de escrever em braile isenta de impostos

As máquinas de escrever em braile ficarão isentas do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados. É o que determina projeto (PLS 144/08) aprovado pela CAE.

Para o autor, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), os preços das máquinas de escrever são muito elevados, podendo chegar a US\$ 800.

A proposta determina que o governo estime o montante da renúncia fiscal decorrente da medida, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. O benefício fiscal só passará a valer a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementada a estimativa de renúncia de receita.



JANE ARAÚJO

comissões

Sindicalistas criticam projeto sobre profissão de diarista

A regularização da profissão de diarista, conforme projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), não é apoiada pela maioria das autoridades chamadas à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para discutir o assunto.

O representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Daniel Sampaio Chagas, defendeu que o Congresso reconheça que as diaristas atuam, na verdade, como empregadas domésticas. Para ele, o projeto (PLS 160/09), se regularizar a atividade, pode intensificar a informalidade e tornar o trabalho doméstico mais precário.

O projeto foi considerado um "retrocesso" pela presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Creuza Maria Oliveira. Em sua avaliação, configura vínculo empregatício a atividade desempenhada em dois ou três dias por semana numa residência. Ela atribui o grande número de profissionais trabalhando informalmente à falta de fiscalização por parte do Ministério do Trabalho.

– O projeto de lei vai precarizar mais ainda o trabalho doméstico.

É o Estado homologando a escravidão – disse Creuza Oliveira.

Setenta e três por cento dos empregados domésticos trabalham na informalidade, sem direitos trabalhistas, segundo o presidente do Portal Doméstica Legal, Mario Avelino.

O presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas do Distrito Federal (Amatra-X), Gilberto Augusto Leitão, entende que a proposta de Serys legaliza a exceção e pode ser ineficaz por não poder revogar direitos trabalhistas.

Já a representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Eunice Léa de Moraes, apoiou a regularização da atividade de diarista. E defendeu a equiparação das domésticas aos demais trabalhadores, com todos os direitos trabalhistas.

Serys ressaltou que sua proposta pretende colocar o tema em discussão para que o trabalhador doméstico seja beneficiado. O relator, senador Lobão Filho (PMDB-MA), concorda que há uma lacuna legal que requer uma medida equilibrada que beneficie a categoria.



A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (ao microfone), defendeu melhorias para domésticas no debate que analisou proposta relatada por Lobão Filho

CAE analisa referência para cobrança de planos de saúde

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) será chamada a assessorar a discussão do projeto (PLC 39/07) que cria o Rol de Procedimentos e Serviços Médicos, usado nas negociações entre as operadoras de planos de saúde, médicos e prestadoras de serviços de saúde.

A garantia foi dada pelo relator, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), em debate da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a matéria. – O tema é complexo e necessita ser tratado de forma prudente porque atinge milhões de brasileiros – afirmou.

A proposta busca equilibrar a relação entre planos de saúde, que a cada dia cobram mais caro por mensalidades, e médicos, que reclamam receber pouco por consultas ou procedimentos.

De acordo com o projeto, o chamado Rol de Procedimentos

e Serviços Médicos será editado anualmente após o término de negociação entre operadoras de planos de saúde com médicos, hospitais ou clínicas, até 31 de março de cada ano. Caberá à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) elaborar, implantar ou revisar o rol.

Na prática, o projeto equilibra a remuneração dos contratos e as

negociações entre as operadoras de planos de saúde, seguros privados de saúde e os médicos. A meta é preservar a qualidade dos serviços, a compatibilidade da remuneração e

a capacidade econômica do usuário, respeitando, dessa forma, o princípio da equidade.

Pela proposta, o rol tomará como referência a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos editada pela Associação Médica Brasileira (AMB).

Projeto busca equilibrar remuneração de médicos e mensalidades

FOTOS: MÁRCIA KALUWE



O relator Antonio Carlos Júnior (D) apontou que acesso a crédito solidário fica impedido por exigências excessivas dos bancos

Senado facilita crédito para habitação popular

Financiamento para quem tem renda abaixo de um salário mínimo não deve ser condicionado a ficha limpa junto a instituições de proteção ao crédito

Beneficiário de financiamento habitacional de interesse social com renda de até um salário mínimo poderá ser liberado da apresentação de "ficha limpa" em instituições de proteção ao crédito. É o que prevê projeto (PLS 117/07), de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A lei em vigor permite que o documento seja exigido, independentemente da faixa de renda.

Dessa forma, para obter financiamento, a população de baixa renda terá que apresentar apenas os documentos de identidade, CPF,

título de eleitor e, quando for o caso, comprovação de renda.

A proposta fora rejeitada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sob o argumento de que a desconsideração da situação cadastral dos tomadores dos financiamentos do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social aumentaria o risco de inadimplência. Com isso, poderia haver redução dos recursos disponíveis para atender à habitação popular.

Mas o relator na CAE, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), apresentou emenda para reduzir o risco, limitando o uso da informação ca-

dastral negativa só para mutuários cuja renda familiar *per capita* seja maior que um salário mínimo.

Segundo o relator, mesmo no programa do crédito solidário, que financia até R\$ 30 mil para mutuários com renda familiar de até cinco salários mínimos, parcelados em até 240 meses e sem juros, potenciais mutuários não conseguem ter aprovado o seu financiamento por restrições cadastrais.

Zambiasi argumenta que as exigências atuais são danosas, já que as famílias de menor renda são as que mais necessitam de ajuda para comprar a casa própria.

Prefeito que deixar aluno sem merenda pode perder mandato

Prefeitos que deixarem de aplicar os recursos destinados à merenda escolar poderão responder por crime de responsabilidade, caso em que ficam sujeitos a perder o cargo e ficar inelegíveis, além do risco de pena de prisão. É o que prevê projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pela proposta (PLS 182/05), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), podem ficar também submetidos a processos por crime de responsabilidade os prefeitos que deixarem de prestar contas dos recursos recebidos

do Programa de Alimentação Escolar (Pnae).

O Pnae garante alimentação aos alunos da educação infantil e do ensino fundamental durante a permanência na escola.

– Ao invés de punir a criança com a interrupção do fornecimento da merenda, pune-se a autoridade com a suspensão de mandato e a inelegibilidade – justifica Cristovam.

O relator, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), considera as medidas oportunas, por ajudar na gestão e na garantia da qualidade da educação no país.

Índice vai reconhecer avanços responsáveis na área social

Projeto aprovado pela CCJ prevê a criação do Índice Brasileiro de Responsabilidade Social (IBRS), para aferir resultados das políticas de desenvolvimento social, funcionando como instrumento de reconhecimento e estímulo aos gestores que conciliarem melhorias na área social ao equilíbrio das contas públicas.

A proposta (PLS 205/01), da senadora Marina Silva (PT-AC), teve o senador Pedro Simon

(PMDB-RS) como relator.

O IBRS será elaborado a partir de dados fornecidos pelos entes federativos e considerará indicadores de resultados, esforços e participação social, especialmente nas áreas de educação, saúde, segurança pública, desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural, gestão ambiental, assistência social, esporte e lazer, distribuição de renda e finanças públicas.

Brasil poderá doar R\$ 13,6 milhões para Moçambique

O governo brasileiro poderá ser autorizado para doar a Moçambique recursos da ordem de R\$ 13,6 milhões para a instalação de fábrica de antirretrovirais – medicamentos que impedem a multiplicação do vírus HIV no organismo – e de outros medicamentos. A proposta (PLC 193/09) foi aprovada pela CCJ.

O relator, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), informou tratar-se da instalação de uma unidade da Fiocruz naquele país. Dados de 2006, estimam em 300 mil os moçambicanos que necessitavam de tratamento antirretroviral, mas apenas 40 mil foram tratados e sem a medicação apropriada.

TARIFA DE ENERGIA

O cálculo das tarifas de energia elétrica e o possível erro em reajustes que levou distribuidores a cobrar valor indevido dos consumidores será debatido pela CAE a pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo o parlamentar, o erro se repete desde 2002 e, mesmo detectado pelo governo há dois anos, nada foi feito para resolvê-lo.

copa 2014

Congresso prioriza rede para fiscalizar gasto público

Eventos do tamanho de uma copa do mundo de futebol ou de jogos olímpicos mobilizam todo o país. E o Senado tem contribuições a dar e obrigações a cumprir para que os eventos sejam bem-sucedidos. O trabalho já começou em pelo menos duas comissões da Casa. A de Desenvolvimento Regional e Turismo

está empenhada em articular os diversos setores – Executivo, Legislativo, entidades e iniciativa privada – para que as competições internacionais a serem realizadas no Brasil em 2014 e 2016 sirvam como vitrine

Congresso e TCU pretendem apertar controle sobre gastos

A missão do Congresso de fiscalizar o Executivo vai ser aplicada de maneira inédita no controle dos recursos públicos investidos na organização da Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016. Uma rede de fiscalização está sendo montada envolvendo diferentes órgãos do Legislativo nas três esferas de governo e o Ministério Público para, com base nas determinações de um projeto de lei (PLS 480/09) – *leia mais na página 7* – apresentado pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), fornecer em tempo real na internet todas as informações sobre contratos e gastos feitos para melhorar a infraestrutura das cidades. A ideia é envolver também a população no controle do dinheiro público investido nos eventos.

Nesta terça-feira, deve ocorrer uma reunião entre o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, e os presidentes das comissões de Fiscalização e Controle da Câmara, deputado Sílvio Torres (PSDB-SP), e do Senado (CMA), Renato Casagrande, para incluir as Olimpíadas de 2016 no esforço de fiscalização já esboçado para a Copa de 2014. Além das comissões e do TCU, os tribunais de contas de estados e municípios onde ocorrerão as competições e o Ministério Público Federal farão parte da rede de fiscalização e troca de dados.

A rede manterá encontros periódicos até junho de 2014 e

pretende afastar suspeitas na gestão de contratos referentes aos eventos, evitando o que aconteceu com a organização dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007, quando o TCU apontou diversas irregularidades em licitações, superfaturamento, desvio de recursos e custos de obras multiplicados várias vezes. Compromissos assumidos antes da realização dos jogos, como a utilização dos espaços esportivos construídos, tampouco foram cumpridos.

Segundo o consultor legislativo da CMA, Hipólito Gadelha Remígio, o modelo construído pretende aproximar o cidadão comum da tarefa de fiscalizar o uso do dinheiro que sai de seus impostos. Por isso, a intenção é oferecer via internet informações completas como os projetos executivos das obras e os relatórios de execução, o que permite que sejam identificadas diferenças com relação ao que acontece na realidade, ajudando nas denúncias.

A criação de redes sociais para fiscalização e acompanhamento de políticas públicas já vem sendo fomentada tanto pelo Congresso como pelo governo. O Fórum Senado Debate Brasil deste ano, que em dezembro discute o papel do controle externo no acompanhamento das políticas públicas, por exemplo, incluiu em seu programa a criação de comunidades que possam vigiar a melhor aplicação das verbas públicas.



O estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, será fechado para novas reformas: Congresso e TCU vão acompanhar uso do dinheiro público

para o fortalecimento do turismo.

Na Comissão de Fiscalização e Controle, foi criada a Subcomissão de Acompanhamento da Copa de 2014 e

das Olimpíadas de 2016 e se articula uma grande rede capaz de fiscalizar os gastos públicos envolvendo tribunais de contas e o Ministério Público.

Neuto de Conto: país tem pressa para aprovar as leis

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) está envolvido na missão de fazer com que o Brasil, com os dois megaeventos adiadas, se firme como um grande destino turístico mundial. Desde agosto, participa de fóruns legislativos sobre a Copa de 2014 nas 12 cidades-sede que estudam as medidas necessárias para que a competição esteja de acordo com os padrões internacionais, assegurando o seu sucesso.

Já com algumas ideias adiantadas, como a simplificação dos vistos para os turistas que virão ao Brasil para os eventos e a realização de jogos limpos do ponto de vista ambiental, Neuto de Conto reconhece que o Brasil tem grandes desafios nas áreas de segurança, qualificação profissional e educação, mas acredita que há convergência de ação de parlamentares e autoridades para empreender os investimentos necessários.

Jornal do Senado – Que contribuição o Legislativo pode dar para a construção de um ambiente propício para a realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016?

Neuto de Conto – Participamos do Fórum Legislativo, que reúne deputados e senadores, ministros do Turismo e do Esporte, governadores, deputados estaduais e vereadores. Vamos buscar elaborar as leis, que sejam aprovadas com rapidez, para

que o Brasil tenha o melhor desempenho nessa Copa.

Que tipo de proposta deve integrar esse pacote legislativo?

Procuramos saber, de maneira bastante profunda, os obstáculos e metas a alcançar, seja na área de infraestrutura aeroportuária, rodoviária, planejamento urbano, estádios etc. Por exemplo, a emissão do Passaporte da Copa. Nas nossas embaixadas ou via internet, precisamos oferecer a todos a facilidade para vir ao Brasil com um passaporte exclusivo para o mês da Copa, para frequentar os jogos, para visitar o país. Específico, esse passaporte deve ser emitido com bastante simplicidade e rapidez. Outro ponto é a comercialização e o uso de bioenergia. Queremos que seja uma Copa limpa e mostrar ao mundo que o país não vai poluir, não vai contribuir para o efeito estufa. Afinal, temos a Amazônia para preservar, mas devemos mostrar que não estamos desmatando e nem nos utilizando de nenhum processo naquele mês que gere ou aumente a poluição.

As leis que tratam de investimentos e incentivos fiscais, inclusive para que a Copa seja limpa, devem passar pelo Congresso. Com o trabalho já em curso na CDR e no Congresso, é possível que ela seja elaborada de maneira rápida?

Esperamos que seja mais rápido

que as ações normais. O Brasil tem pressa. Nós, congressistas, sabemos disso. E temos a convergência de todos na defesa da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Quais os desafios mais evidentes para que o Brasil possa atrair visitantes estrangeiros e incrementar de maneira duradoura o turismo?

Um dos gargalos complicados é a segurança. O Brasil terá que investir maciçamente nessa área. Humanizar as favelas, construindo ginásios, escolas, colocando a força pública dentro desses bairros. Logicamente, também temos que prender todo criminoso que conduza atividades fora da legalidade. Para isso, precisamos de grandes investimentos. Creio que esse é o primeiro grande passo: expor ao mundo a segurança do Brasil para os visitantes.



Neuto de Conto diz que competições oferecem ao país grande oportunidade de se firmar como destino turístico

SECRETARIA NACIONAL DE FUTEBOL

Os sócios ou cotistas de clubes e entidades ligadas ao futebol serão considerados parte legítima para denunciar irregularidades nessas associações ao Ministério Público, segundo projeto (PLS 293/01) da CPI do Futebol aprovado pela CE. Para o relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), a medida ajudará a garantir maior transparência à administração do futebol.

MAIOR TRANSPARÊNCIA NOS CLUBES

Os sócios ou cotistas de clubes e entidades ligadas ao futebol serão considerados parte legítima para denunciar irregularidades nessas associações ao Ministério Público, segundo projeto (PLS 293/01) da CPI do Futebol aprovado pela CE. Para o relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), a medida ajudará a garantir maior transparência à administração do futebol.

Leis necessárias para a realização da Copa já tramitam no Senado

O Brasil precisa adequar sua legislação a determinações que a Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) impõe aos países que organizam copas do mundo. Esse é um dos compromissos firmados pelo país quando aceitou as condições para sediar o evento.

Além de projetos que ajustam as leis nacionais a essas determinações, o Senado já tem em tramitação outras propostas que buscam melhorar a infraestrutura e o atendimento a exigências ambientais mais rigorosas.

Essas medidas são apresentadas em cada uma das cidades-sede da Copa de 2014 aos participantes dos fóruns legislativos promovidos pela CDR, já que eles serão os responsáveis por adotar as providências necessárias.

Veja a seguir as propostas em tramitação no Senado que têm impactos na organização da Copa de 2014.

PLS 394/09, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

• Para combater a pirataria e a ação de ambulantes, o nome, lemas, hinos, logotipos e símbolos das competições, da Fifa e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), devem ser protegidos para que sejam explorados por aqueles que detêm direitos sobre eles, ou seja, os organizadores,

a própria Fifa, as seleções e os atletas participantes.

PLS 184/04, do ex-senador Paulo Octávio, PLS 258/06, de Valdir Raupp, e PLS 259/06, do senador Tião Viana (PT-AC)

• Amplia a participação do capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras, visando permitir o aumento da oferta de voos, gerar empregos e fomentar o turismo.

PLS 46/08, do ex-senador Expedito Júnior

• Determina a neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa de 2014. Alerta sobre a necessidade de “atitudes ambientalmente sustentáveis”. A iniciativa também segue orientações do Comitê Olímpico Internacional (COI) e da Fifa. Para a Copa de 2010, na África do Sul, por exemplo, a Fifa fixou essa meta.

PLS 81/08, do senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

• Estimula o uso de óleo vegetal, puro ou em mistura com outros combustíveis, para abastecer máquinas, motores e veículos, tanto para transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário quanto para a produção de energia.

Fórum da Copa mobiliza de vereador a senador

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo é uma das patrocinadoras dos fóruns legislativos nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, que têm como objetivo mobilizar os legisladores federais, estaduais e municipais nas 12 capitais que terão jogos da competição: Manaus, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Cuiabá, Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.

Em cada cidade, o fórum “O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014” organiza um dia de debates sobre os projetos de investimentos e de preparação de cada cidade, bem como as providências que serão necessárias, inclusive no campo legislativo, para que as metas sejam alcançadas.

Além de promover a integração dos diversos setores envolvidos (Confederação Brasileira de Futebol, comitê organizador da Copa, autoridades do Executivo e Legislativo federal, estadual e municipal e da iniciativa privada), o fórum quer mapear as necessidades de regulamentação e normatização em cada âmbito de governo para que as cidades que sediarão os jogos possam cumprir os compromissos firmados junto à Fifa.

Jornal do Senado: Qual a contribuição que o Senado e o Congresso, inclusive por meio do Tribunal de Contas da União (TCU), podem

Faltam estrutura e qualificação, revela estudo da FGV

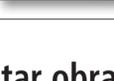
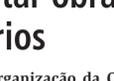
Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o Ministério do Turismo analisou os fatores necessários para que os turistas que venham para a Copa de 2014 sejam bem recebidos e possam aproveitar não apenas o torneio, mas também as atrações do país. Entre os pontos que precisam de atenção, estão a estrutura de hotelaria e gastronômica e a

qualificação de mão de obra para o setor.

No total, o trabalho identificou sete grupos de ações que precisam ser abordados para isso. Dentro de cada ação, listou as condições que devem ser preenchidas para que o Brasil tenha um bom desempenho como destino turístico e que possa, a partir daí, dar sustentabilidade ao setor.

Pontos críticos a serem resolvidos

O estudo da FGV, “Propostas estratégicas de organização turística das cidades-sede da Copa do Mundo”, estabelece algumas condições para um melhor desempenho do Brasil

Diretrizes	Fatores críticos
 Serviços e equipamentos turísticos	<ul style="list-style-type: none"> Serviços de hospedagem Serviços de alimentação Atrativos turísticos Centros de atendimento ao turista (Cats) Sinalização turística
 Qualificação	<ul style="list-style-type: none"> Segurança para o turismo Hospedagem Alimentação Recepção Serviços em geral (transporte, coleta seletiva de lixo, reaproveitamento de água etc.)
 Marketing	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento
 Gestão pública e governança	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e linhas de financiamento voltados para o setor Articulação para o desenvolvimento do turismo Coordenação institucional
 Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> Enfrentamento da exploração infanto-juvenil Produtos e serviços típicos da cultura nacional Meio ambiente (redução de impactos ambientais, como as emissões de carbono)
 Acesso	<ul style="list-style-type: none"> Aéreo Rodoviário Aquaviário
 Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> Definição de projetos e destinação dos recursos visando à Copa do Mundo e à construção permanente da base para o turismo nacional

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Ministério do Turismo



Para Lucena, muitas obras estão sendo incluídas no esforço da Copa, quando de fato não são exigidas pela Fifa

Cícero Lucena quer evitar obras e esforços desnecessários

Em recente visita de cinco dias à África do Sul, que sediará a Copa do Mundo no ano que vem, o presidente da Subcomissão de Acompanhamento da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), observou que aquele país não foi cobrado para realizar as obras de infraestrutura, especialmente de transportes, divulgadas como exigências para o Brasil sediar os eventos.

– Na África do Sul, o estádio que vai sediar a abertura e o encerramento da Copa não é servido por metrô ou por uma linha de transporte de massa. São poucas vagas de estacionamento. Então, vamos saber qual a exigência que existe de fato para o Brasil – afirmou.

Assim, ele não vê a necessidade de vinculação de outros investimentos, como o trem-bala entre São Paulo e Rio de Janeiro, ou linhas de metrô que liguem diretamente os aeroportos aos estádios, à realização do mundial de futebol ou às Olimpíadas, como vem sendo noticiado.

Para Lucena, o Brasil só vai tirar o maior proveito do fato de estar organizando os maiores eventos esportivos internacionais se cumprir o seu “dever de casa”, que inclui “executar o que é necessário, a preços compatíveis com o mercado”.

Jornal do Senado: Qual a contribuição que o Senado e o Congresso, inclusive por meio do Tribunal de Contas da União (TCU), podem

Portal com dados sobre despesas será lançado em dezembro

Deve ocorrer em dezembro o lançamento do portal na internet que vai reunir as informações sobre os investimentos públicos que serão feitos na Copa e nas Olimpíadas. O esforço depende do fornecimento de dados pelos diversos órgãos de fiscalização da União, além dos estados e dos municípios que vão sediar os eventos. Esse compromisso será efetivo principalmente se o Congresso aprovar projeto que obriga os envolvidos nos gastos públicos a fornecer essas informações.

Que dificuldades os órgãos de fiscalização terão pela frente, levando em conta ainda a pressão para que não haja atrasos nos cronogramas de obras?

O fator tempo não é justificativa para mudança dos procedimentos legais. Se tomarmos as providências agora, tudo, com certeza, será feito. Para você ter uma ideia, na África do Sul o estádio que vai sediar a abertura e o encerramento da Copa não é servido por metrô ou outro transporte de massa. São poucas vagas de estacionamento. Então, vamos saber qual a exigência de fato para o Brasil. Não há como justificar, por exemplo, o trem-bala Rio-São Paulo para a Copa no Brasil. Não existe esse tipo de exigência.

Projeto prevê maior controle de gastos nas duas competições

O PLS 480/09, de Renato Casagrande, impede, na Copa e nas Olimpíadas, o repasse de recursos diretamente a empresas e determina que as entidades privadas que recebem financiamentos públicos, como clubes de futebol, terão que se submeter à fiscalização dos tribunais de contas. Além disso, todos os editais de obras, compras e fornecimento de serviços terão cláusula que obrigue os gestores dos contratos a fornecer todas as informações exigidas.

CCJ prepara nova lei para cooperativismo

A legislação em vigor, com quase 40 anos, deve ser modificada por entendimento entre Parlamento, entidades e governo, acredita o relator, Renato Casagrande

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) está analisando duas propostas que alteram praticamente toda a Lei Geral das Cooperativas (Lei 5.764/71), em vigor há quase 40 anos. Nesta quarta-feira, o relator das matérias, senador Renato Casagrande (PSB-ES), apresenta texto alternativo em que propõe algumas mudanças nos projetos.

Segundo Casagrande, o texto atualiza a legislação do setor, que, ao contrário do que determinou a Constituição de 1988, por exemplo, prevê a tutela do Estado sobre o sistema cooperativista.

Para o senador, a conclusão do relatório, fruto de entendi-

mento com representantes das cooperativas e do governo federal, é um passo importante para a aprovação da proposta, que está em discussão há anos no Legislativo.

– Recebemos sugestões da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e do governo, muitas delas incorporadas ao substitutivo – relata Casagrande.

O texto já havia sido entregue à comissão, mas foi retirado de pauta por duas semanas a pedido de entidades ligadas ao setor. Se aprovado, deve ainda ser examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de se-

guir para o Plenário.

O senador explica ainda que a retirada do relatório por 15 dias apostou na busca de um acordo.

– Temos a expectativa de fechar um entendimento. Um projeto dessa envergadura só se aprova se negociarmos cada ponto, de forma que ele possa refletir práticas novas, culturas novas, um novo tempo – afirma, acrescentando que fará mais uma rodada de encontros com representantes das cooperativas para acertar os últimos detalhes da iniciativa.



JOSE CRUZ



Empregados da Central de Trabalho da Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção, em Brasília. Na foto em destaque, Renato Casagrande, que propõe maior liberdade de ação para as cooperativas

Proposta consagra princípio constitucional da autogestão

Entre as novidades do texto de Casagrande sobre os PLs 3/07 e 153/07, de Osmar Dias (PDT-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP), está a possibilidade de as cooperativas emitirem títulos semelhantes às debêntures, os chamados "certificados de crédito cooperativo", remunerados com juros, mas desvinculados dos resultados da cooperativa.

Outra mudança substancial em relação à lei vigente é a aplicação do princípio constitucional da autogestão no sistema cooperativista. O relatório propõe a extinção do Conselho Nacional de Cooperativismo, vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e presidido pelo ministro da Agricultura, e concede às cooperativas liberdade de representação e de associação com empresas privadas. Ao contrário da lei atual, que vincula todas as cooperativas a um único representante nacional, Casagrande sugere que elas optem pela associação a entidades nacionais da sua escolha, obedecendo alguns critérios.

A proposta do senador exclui a possibilidade de moratória, definida pelos projetos originais nos moldes da antiga concordata, mas sem previsão

de falência em caso de descumprimento das condições.

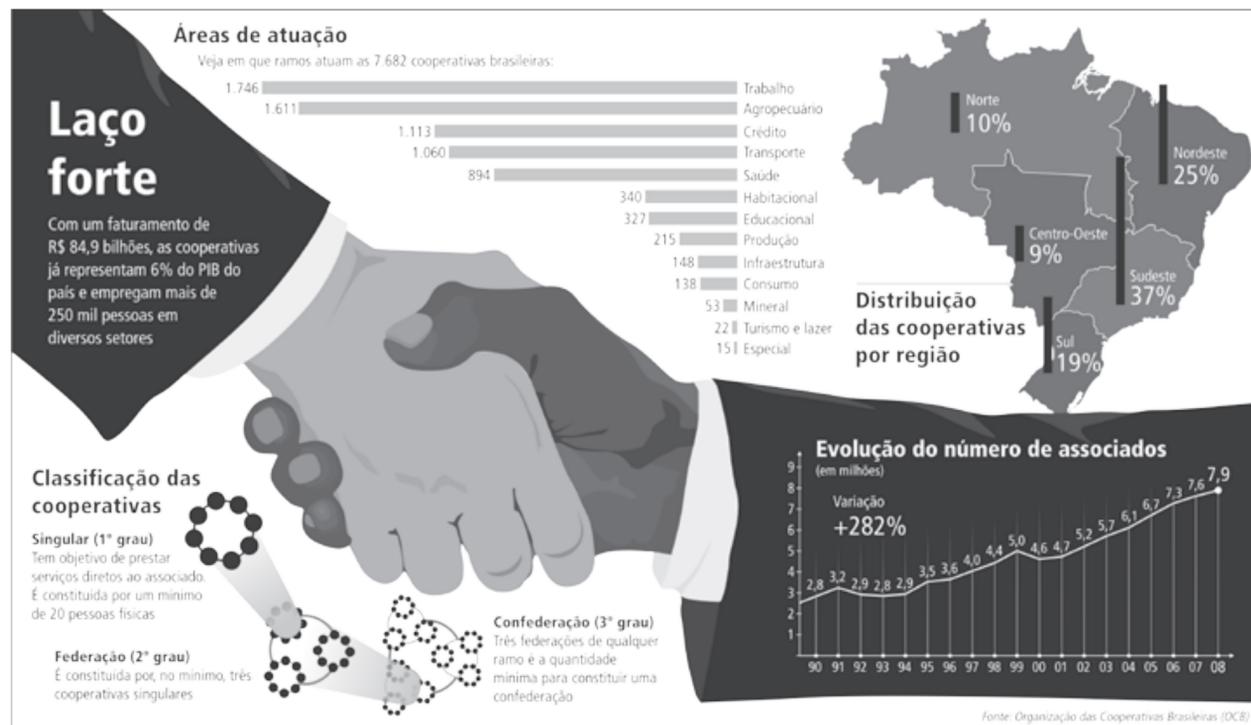
Segundo o relator, o sistema financeiro não assumiria os riscos de emprestar às cooperativas, caso elas pudessem declarar concordata e deixar de pagar as dívidas sem sofrer as sanções previstas em caso de falência. Assim, o texto mantém a execução das dívidas segundo as regras do Código de Processo Civil, como determina a lei atual.

Ainda de acordo com o relatório, o registro da cooperativa deixa de ser feito em cartório e passa à junta comercial, como ocorre com as empresas. A descentralização das juntas em todos os estados vai facilitar o registro, acredita o senador.

Com relação à natureza das cooperativas, a proposta inova ao permitir a filiação de pessoas jurídicas e ao reduzir de 20 para sete o número mínimo de pessoas para formar esse tipo de associação. Em conformidade com a Constituição, Casagrande propõe a revogação de todos os artigos da Lei 5.764/71 que determinam a intervenção do poder público nas cooperativas, entre eles o que exige autorização de órgão controlador federal para a constituição de cooperativa.

Como podem ficar as principais regras

Item	Lei atual	Proposta
Gestão	Políticas definidas pelo Conselho Nacional do Cooperativismo, vinculado ao Incra	Autogestão e completa desvinculação do Estado
Associado	Apenas pessoa física	Pessoas física e jurídica
Parceria com empresas	Vedada	Permitida
Representação nacional	Um único representante (OCB)	Liberdade de representação
Emissão de títulos financeiros	Não prevista	Permitida
Número mínimo de associados	20	7
Autorização pelo poder público	Necessária	Desnecessária
Registro	Cartório	Junta comercial



Brasil já tem 7,9 milhões de associados

Acompanhando a tendência dos últimos anos, o cooperativismo brasileiro cresceu em 2008, atingindo 6% do PIB. Segundo a OCB, enquanto em 2007 eram 7.672 cooperativas com 7,7 milhões de associados, em 2008 o setor fechou o ano com 7.682 cooperativas e 7,9 milhões de cooperados.

Com 5 mil postos de trabalho abertos em 2008, o faturamento alcançou R\$ 84,9 bilhões, ou 18% a mais que os R\$ 72 bilhões registrados em 2007. Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina concentram a maior fatia desse crescimento. Nordeste e Centro-Oeste vêm em seguida, com aumentos de 21,52% e 18,8%, respectivamente.

Já as exportações das cooperativas cresceram 21,5% em 2008, superando a marca dos US\$ 4 bilhões. Os produtos que lideraram as vendas foram os do complexo soja, do setor

sucroalcooleiro, carnes, café, cereais e laticínios.

De janeiro a março deste ano, embora tenham exportado US\$ 668,4 milhões, contra US\$ 761,7 milhões no mesmo período de 2008, as cooperativas tiveram melhor desempenho que o conjunto dos exportadores brasileiros. Segundo a Gerência de Mercados da OCB, os reflexos da crise financeira internacional provocaram queda de 12% nos valores exportados, comparados ao mesmo período de 2008, mas com menor retração que as vendas externas do país, que caíram 19,5%.

O complexo soja – grão, óleo e farelo – teve maior participação nas exportações do primeiro trimestre, com 29,5%. Em seguida, aparecem o setor sucroalcooleiro (24,8%) e o frigorífico (18,7%). Na sequência, o café, com 13,5%.

A Alemanha ocupa o primeiro lugar

entre os destinos dos produtos exportados pelas cooperativas no primeiro trimestre de 2009, com US\$ 74,8 milhões. Em 2008, importou US\$ 92,4 milhões, registrando retração de 19%, assim como aconteceu com Japão, Rússia, Espanha, França e Itália.

No mesmo período, as exportações para a China cresceram 57%, país que tem como meta dobrar seus estoques de soja e elevou os embarques de grãos produzidos pelas cooperativas em 57,1%. Países Baixos e Arábia Saudita também influenciaram positivamente os resultados das exportações, com crescimento de 102% em relação a 2008.

A expectativa da OCB é atingir em 2009 o mesmo volume de exportações registrado em 2008. Quanto aos produtos, a entidade espera a manutenção do forte ritmo de crescimento da soja, seguida pelo açúcar, e a recuperação das carnes.

Organizações sustentam metade da população mundial

Segundo a International Co-operative Alliance (ACI), as cooperativas aglutinam mais de 880 milhões de associados e empregam 100 milhões de pessoas, 20% mais que todas as multinacionais juntas. De todas as categorias, a que mais tem crescido no mundo é a dos produtores rurais. As Nações Unidas estimam que o sustento de 3 bilhões de pessoas, ou metade da população mundial, é garantido por esse tipo de empreendimento, como mostram dados de alguns países:

Alemanha

Um em cada quatro alemães, ou 20 milhões de pessoas, é associado a uma das 8,1 mil cooperativas do país, que empregam 440 mil pessoas

Brasil

As cooperativas são responsáveis por 72% do trigo, 44% da soja, 39% do leite, 38% do algodão, 21% do café e 16% do milho produzido

Noruega

As cooperativas respondem por 99% da produção de leite e 76% de madeira, além de 8,7% da exportação de pescado. No total, dos 4,5 milhões de noruegueses, 1,5 milhão é cooperado

Argentina

18 mil cooperativas, com mais de 9 milhões de membros

Estados Unidos

25% dos cidadãos americanos são cooperados, mais de 30 cooperativas têm receita anual superior a US\$ 1 bilhão e cerca de 30% dos produtos agrícolas vêm dos 3.400 fazendeiros cooperados do país

Uruguai

As cooperativas produzem 90% do leite, 34% do mel e 30% do trigo uruguaio. Cerca de 60% do que é produzido é exportado para mais de 40 países

França

21 mil cooperativas empregam 700 mil pessoas

Canadá

Um em cada três canadenses é membro de uma cooperativa. Elas empregam mais de 160 mil pessoas

Japão

De cada três famílias, uma é associada a uma cooperativa. As cooperativas agrícolas produzem US\$ 90 bilhões/ano e 91% dos fazendeiros japoneses são cooperados

Colômbia

Mais de 3,3 milhões de colombianos, ou 8% da população, são membros das mais de 6.500 cooperativas responsáveis por 5,25% do PIB. A Saludcoop, por exemplo, atende 15,5% da população na área da saúde. São 370 mil cooperados e 109 mil empregados, que correspondem a 23% dos trabalhadores no setor de saúde e 18% no de transportes, entre outros

decisões

Órgãos públicos deverão comprar carros bicombustíveis

A lei que regula a aquisição de veículos leves deve ser atualizada para incluir os automóveis flex, inexistentes à época em que foi criada

A lei que trata da substituição da frota oficial de veículos leves do país deverá ser atualizada para incorporar os veículos bicombustíveis, que usam tanto o álcool hidratado quanto a gasolina. O texto em vigor permite apenas a aquisição de carros a álcool, que hoje não são mais fabricados. O relator do projeto (PLC 85/07), Renato Casagrande (PSB-ES), lembra que, em 1998, quando da aprovação da Lei 9.660, ainda não havia os carros flex. De acordo com ele, além de permitir uma menor exposição do país às crises relacionadas ao petróleo, a proposta também protegerá os órgãos públicos contra eventuais dificuldades no abastecimento ou oscilações desfavoráveis do preço do álcool.

O projeto também inclui as motocicletas bicombustíveis na composição da frota oficial. Os incentivos fiscais ou subvenções para pessoas físicas que comprarem veículos leves também

deverão estar condicionados a essa característica do automóvel. Estende-se ainda para os veículos bicombustíveis os mesmos benefícios já assegurados na lei no que se refere a prazos de financiamento ou duração de consórcios, ou seja, terão, no mínimo, um prazo 50% maior que o de carros movidos a combustíveis não renováveis.

Casagrande não concordou, contudo, com a proibição da oferta de veículos movidos a fontes não renováveis a preços inferiores aos dos similares movidos a combustíveis renováveis. Na avaliação do senador, isso acabaria por prejudicar os consumidores, pois, conforme argumentou, na hipótese de os custos serem distintos, o único efeito seria nivelar os preços por cima. Além disso, ele pondera que a legislação não pode interferir na política de formação de preços da indústria. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Licitações poderão levar em conta certificação ambiental

A certificação ambiental poderá ser usada como critério de desempate em licitações e contratações públicas. É o que prevê proposta aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, que também determina a obrigatoriedade de comprovação da origem de toda madeira usada em obras e serviços financiados com recursos públicos.

A comissão aprovou substitutivo de Marisa Serrano (PSDB-MS) a dois projetos: o PLS 40/03, de Osmar Dias (PDT-PR), e o PLS 247/08, de Gerson Camata (PMDB-ES). Segundo a relatora, a matéria visa dotar o setor público de medidas capazes de mudar o comportamento do setor produtivo, no que diz respeito à conservação dos recursos naturais. A proposta segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A CMA aprovou ainda proposta de Renato Casagrande (PSB-ES)



Relatora Marisa Serrano: madeira para obras públicas deverá ter comprovação de origem

que exige que a propaganda de equipamentos elétricos informe o consumo e a eficiência do aparelho, além de projeto do então senador Sibá Machado, prevendo que os fabricantes de veículos automotores sejam obrigados a divulgar informações relativas à quantidade e qualidade das emissões desses veículos.

As duas matérias foram aprovadas pela comissão em decisão terminativa e devem seguir agora para exame da Câmara dos Deputados.

Petroleiros pedem volta de monopólio estatal

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou sugestão da Federação Única dos Petroleiros de regulamentação da política energética nacional. O texto, considerado pelo relator, Paulo Paim (PT-RS), importante referência para as discussões em torno do petróleo do pré-sal, propõe o monopólio da exploração por meio da Petrobras. A iniciativa prevê ainda a aplicação dos recursos, reunidos no Fundo Social Soberano, em educação, saúde e previdência

públicas, reforma agrária e habitação popular.

A proposta também determina a reabertura dos debates em torno dos blocos já ofertados no pré-sal e estabelece a rescisão das concessões para exploração e produção de petróleo e de gás natural realizadas com base na Lei 9.478/97, prevenindo indenizações de eventuais investimentos realizados pelos concessionários.

De acordo com a sugestão, todos os direitos de exploração

e produção de petróleo e gás natural em território nacional – terrestre, mar territorial, plataforma continental e zona econômica exclusiva – pertenceriam à União e todas as atividades econômicas relacionadas a petróleo, gás natural, xisto betuminoso e biocombustíveis serão reguladas e fiscalizadas por ela e executadas apenas pela Petrobras. A sugestão passa agora a ser de autoria da CDH e tramitará no Senado como projeto de lei.



CDH, presidida por Paim (ao microfone, entre os senadores Jefferson Praia e Cristovam) realiza debate com petroleiros

Movimentos defendem aplicação social dos recursos do pré-sal

Em debate na CDH na semana passada sobre a política energética, representantes de movimentos sociais posicionaram-se a favor do monopólio estatal do petróleo e do uso dos recursos na redução dos problemas sociais do país. Cristovam Buarque (PDT-DF), que presidiu a audiência, disse que três relações seriam ava-

liadas no debate: aquela entre os petroleiros e as empresas; a que ocorre entre a União, os estados e os municípios; e a que se estabelece entre o presente e o futuro do Brasil:

– Não temos o direito de torrar o dinheiro no presente em nosso benefício, ignorando o futuro e as gerações que não terão petróleo – advertiu.

MINERAÇÃO

A recuperação da economia mundial e o aumento da demanda nacional indicam perspectivas de crescimento para o setor de mineração, segundo especialistas que participaram de debate na Comissão de Infraestrutura sobre os marcos legais do setor. Eles ainda sugeriram medidas para incentivar o consumo de cimento. Já Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que o setor de mineração brasileiro precisa ser administrado por uma agência reguladora.

ambiente legal

Lula define metas para Copenhague

Além da meta de reduzir o desmatamento em 80% até 2020, o Brasil deve definir nesta semana outras propostas para apresentar na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, que ocorrerá em dezembro. A afirmação foi feita em Londres pelo presidente Lula, que se disse disposto a comparecer à reunião de Copenhague desde que outros líderes das grandes nações do mundo também se comprometam a participar em busca de um acordo para combater o aquecimento global.

Líderes mundiais precisam se comprometer

Em Londres, Lula afirmou que recebeu do primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, a garantia de que ele irá à conferência sobre o clima, em Copenhague. Lula disse esperar que outros líderes mundiais

também estejam presentes: "O pior que poderia acontecer é que a sociedade tivesse a impressão de que os seus líderes não estão assumindo o compromisso com o clima".

Al Gore lança novo livro sobre clima

Prêmio Nobel em 2007, depois de publicar o livro e o documentário *An inconvenient truth* (*Uma verdade inconveniente*), o ex-vice-presidente norte-americano Al Gore acaba de lançar outro livro. Em *Our choice: a plan to solve the climate crisis* (*Nossa opção: um plano para resolver a crise do clima*), Gore apresenta estratégias para enfrentar as mudanças climáticas. Segundo ele, o livro "oferece soluções que podemos – e devemos – começar a implementar hoje mesmo".

As neves do Kilimanjaro derretem

Pesquisadores da Universidade de Ohio, nos EUA, concluíram que a neve sobre o maior monte da África, com 5,8 mil metros, está desaparecendo. O escritor Ernest Hemingway "imortalizou" a montanha da Tanzânia em seu conto *As neves do Kilimanjaro*, de 1936, que se tornou um dos maiores sucessos de bilheteria nos cinemas em 1952. Se as condições climáticas atuais persistirem, o gelo poderá derreter até 2033.

Água da chuva pode ser potável

A água da chuva pode ser potável, segundo estudo realizado na Austrália. A pesquisa foi feita em 300 casas cujos proprietários usam a chuva como principal fonte de abastecimento de água. Durante 12 meses, os casos de gastroenterite registrados nos 300 domicílios foram semelhantes aos do resto da comunidade, que consumiu água tratada.

Aprovado piso salarial nacional para policiais e bombeiros

Proposta de emenda à Constituição que prevê a edição de lei para fixar um piso salarial nacional para policiais civis e militares, inclusive os bombeiros militares, foi aprovada pela CCJ. O texto (PEC 41/88) determina ainda a participação da União no custeio de parte da implementação desse piso, por meio de fundo formado com receitas tributárias federais.

A proposta é de Renan Calheiros (PMDB-AL) e emendas apresentadas pelo relator, Demostenes Torres, reduziram de dois

para um ano o prazo para o início da implementação do piso e a inclusão dos bombeiros.

Demostenes explicou que os recursos podem começar a ser transferidos aos estados por meio do Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci), dentro das prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo. Ele disse que fez consultas ao Ministério da Justiça para elaborar o relatório, para chegar a um texto final que tivesse condições de ser efetivamente implementado pelo Executivo.

Projeto prevê financiamento da União para implantação do piso

Ao defender a PEC, Renan Calheiros afirmou que nenhum outro problema preocupa tanto a população como a segurança pública. Segundo ele, a estrutura dos órgãos policiais e os salários dos servidores da área precisam condizer com o desafio representado pelos altos índices de violência, cabendo também ao

Congresso tomar providências para o enfrentamento dessa questão.

– Os policiais trabalham um dia e folgam dois, mas como não ganham o suficiente acabam vendendo esses

dias para complementar renda e sustentar suas famílias. Isso não pode continuar, e é por isso que esse piso salarial precisa ser especificado por lei – argumentou.

Demostenes também ressaltou a necessidade de apoio às atividades dos policiais civis e militares, o que inclui a garantia de bons salários, conforme observou. Segundo ele, um dos graves problemas da segurança pública, além da estrutura policial arcaica, é a remuneração dos policiais.

Juizados Especiais da Fazenda Pública podem tornar-se realidade

A criação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública para conciliação de causas no valor de até 60 salários mínimos entre os cidadãos e os estados e municípios foi aprovada pela CCJ.

O texto, relatado por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), é um substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto (PLS 118/05) de Antônio Carlos Valadares e segue para exame do Plenário.

Segundo Valadares, com a criação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, será possível, por exemplo, contestar lançamentos fiscais como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e anular multas de trânsito indevidamente aplicadas.

– Queremos que, nas causas contra a Fazenda Pública, haja

celeridade no atendimento às demandas da população – afirmou ele.

Para o relator, a proposta atende a um antigo anseio da sociedade brasileira, no sentido de estender aos conflitos entre particulares e os estados e municípios a experiência bem-sucedida dos Juizados Especiais Federais, que beneficia milhões de brasileiros desde 2001.

Em sua avaliação, a aprovação da proposta completará com êxito ciclo iniciado em 1995, quando o Congresso aprovou lei para simplificar os processos relativos a causas menos complexas e de menor valor, criando os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Comum (Lei nº 9.099 de 1995), os chamados juizados de pequenas causas.



Demostenes (E) relatou o projeto, que exige ainda comprovação de bom comportamento para progressão da pena

Condenados podem ficar mais tempo na cadeia

Projeto aprovado na CCJ exige cumprimento de um terço da pena e exame criminológico antes da mudança para regimes semiaberto ou aberto

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto que torna mais rigorosa a exigência de tempo de prisão para a progressão de pena nos casos de crimes hediondos. A progressão de pena permite ao condenado que cumpre pena em regime fechado, mudar para o regime semiaberto e, posteriormente, para o aberto, desde que atenda a diversos requisitos.

A proposta foi aprovada na forma de substitutivo, de Demostenes Torres (DEM-GO), ao PLS 30/08, de Kátia Abreu (DEM-TO), e ao PLS 421/08, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Já as emendas serão votadas na próxima reunião da comissão.

O substitutivo aumenta de 1/6 para 1/3 da pena o tempo mínimo necessário para a progressão para regime menos rigoroso, se o

preso tiver bom comportamento, comprovado pelo diretor do estabelecimento carcerário.

A decisão sobre progressão, livramento condicional, indulto ou comutação, para os crimes hediondos ou cometidos mediante violência ou grave ameaça, e no caso de reincidência, terá que ser precedida, além do parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Ministério Público, do exame criminológico.

Vai à sanção criação de órgão para fiscalizar penas

A Justiça poderá ter mais controle sobre o cumprimento de penas. Proposta aprovada pela CCJ cria o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De iniciativa do próprio Supremo Tribunal Federal, o projeto (PLC 199/09) atribui ao novo órgão, entre outras funções, a fiscalização do cumprimento das recomendações e resoluções do conselho acerca de prisões temporárias e definitivas.

Justiça Militar deve julgar piloto que abate aeronave

Projeto de Magno Malta (PR-ES) que atribui à Justiça Militar o julgamento de integrante da corporação que cometer crime doloso contra a vida de civil no caso de abate de aeronave, conhecida como “tiro de destruição”, foi aprovado pela CCJ. Segundo Malta, a lei permite que a Força Aérea atire em aeronaves que invadam o espaço aéreo do país, mas ainda assim “o piloto estaria cometendo crime doloso contra a vida, devendo ser levado ao Tribunal do Júri”. A matéria receberá decisão terminativa na Comissão de Relações Exteriores.

Reativada Subcomissão de Segurança Pública

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) assumiu o cargo de relator-geral da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, que funciona no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, reativada na semana passada. Indicado para o posto pelo presidente do colegiado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), ele

abriu mão da vice-presidência. Para essa função foi eleito César Borges (PR-BA).

Com nove membros, a subcomissão irá formular projetos para o combate à criminalidade. O objetivo é também abrir um canal de comunicação permanente com órgãos públicos e a sociedade em relação à segu-

rança pública. O primeiro tema a ser examinado é o Sistema Nacional de Segurança Pública, seguido do tráfico de drogas (com ênfase no crack); do sistema penitenciário; do tráfico de armas; do acompanhamento da execução das ações orçamentárias voltadas à segurança pública e do crime organizado.



MARCIA KALUME

Jarbas foi escolhido relator do colegiado cujo objetivo é o combate à criminalidade

plenário

Cristovam pede medidas de incentivo à cultura

Senador defende uma vigília no Congresso e diz que Brasil saiu da crise econômica, mas, “do ponto de vista da cultura, continua quase um deserto”

O Brasil saiu da crise econômica antes de outros países, mas, do ponto de vista da cultura, continua quase um deserto. A avaliação é de Cristovam Buarque (PDT-DF), que conclamou os senadores a voltarem sua atenção para esse problema. O que sempre aparece, observou ele, é o produto interno bruto (PIB) do país e não aspectos ligados à cultura como, por exemplo, o número de livros lidos.

O senador defendeu medidas de incentivo direto à cultura, como a redução do preço dos livros e a criação de mais bibliotecas. Também pediu a implantação de projetos já aprovados pelo Congresso, a exemplo da Cesta Básica do Livro, do Vale-Cultura e da escola em tempo integral.

Cristovam lembrou que o Congresso decidiu, durante ses-



Cristovam defende a implantação de projetos já aprovados, como o da Cesta Básica do Livro

são em homenagem ao Dia da Cultura na última quinta-feira, realizar uma vigília em prol da cultura. Em sua avaliação, a deficiência em termos de acesso à cultura reflete-se na “alma” dos brasileiros, contribuindo para a falta dos valores de solidariedade, para a elevação da

corrupção e o aumento da violência.

Segundo dados do Ministério da Cultura citados pelo senador, apenas 13% dos brasileiros frequentam cinema uma vez por ano; 92% nunca foram a um museu; 93,4% jamais frequentaram uma exposição de arte; 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança; 82% não possuem computador em casa; 95,6% dos gastos familiares vão para bens não culturais e 90% dos municípios não possuem uma única sala para qualquer atividade cultural. Além disso, os brasileiros leem apenas 1,8 livro por ano, enquanto na Colômbia esse percentual é duas vezes maior e, na França, seis vezes superior.

Heráclito prevê para este ano 70% da reforma administrativa

O 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), previu que até as vésperas do Natal a Mesa do Senado concluirá 70% da reforma administrativa da Casa, proposta pela Fundação Getúlio Vargas. A segunda etapa, que terá início no ano que vem, irá tratar sobre o plano de cargos e salários dos servidores, anunciou.

Heráclito admitiu que vem enfrentando alguns obstáculos para agilizar a reforma, que pretende reduzir em 40% a estrutura administrativa da Casa. O senador observou que a reforma é complexa e, por isso, deve ser feita “sem atropelar o Regimento

Interno, as leis, ou ferir prazos legais, especialmente quando se trata de punição a servidores”.

– O Senado começa a encerrar uma página triste de sua história, agravada ao longo dos últimos 14 anos. Nesse período, um silêncio absoluto sobre as ações que ocorriam na área administrativa tomou conta da Casa, foco de uma saraivada de acusações e denúncias, que, em grande parte, julgo procedentes – disse.

O senador lembrou que desde o dia 4 está correndo o prazo de 15 dias para que senadores apresentem sugestões à reforma, a ser votada pelo Plenário.

Mão Santa apoia proposta sobre salário mínimo e aposentadorias

Mão Santa (PSC-PI) pediu ao presidente Lula apoio à aprovação de emenda de Paulo Paim (PT-RS) a projeto que trata da valorização do salário mínimo (PL 1/07, na Câmara) para estender o mesmo percentual de reajuste às aposentadorias. Segundo o senador, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, vai colocar a matéria em votação na próxima semana, quando cerca de mil aposentados prometem lotar os corredores daquela Casa para pedir a aprovação da proposta.

Mão Santa disse que o Congresso precisa restituir o direito dos idosos. São trabalhadores, ressaltou, que contribuíram durante muitos anos e precisam ter seus vencimentos atualizados. O senador destacou ainda o fato de os cerca de mil idosos terem virado as costas aos parlamentares em protesto pelo adiamento da votação do projeto, prevista para a semana passada na Câmara. Mão Santa disse ter se impressionado com a cena e criticou a falta de divulgação dessa imagem nos jornais e na televisão.

Mesquita Júnior cobra escola técnica naval no Acre

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) parabenizou a Bahia pela conquista de licitação federal visando à construção, em estaleiro local, de 600 embarcações destinadas ao transporte escolar.

De acordo com o senador, boa parte dessas embarcações seguirá da Bahia para estados onde o transporte aquático tem largo uso. Segundo ele, um dos destinos deve ser a Amazônia, onde “as estradas, em grande parte são os rios”.

No entanto, Mesquita Júnior lamentou a rejeição de projeto (PLS 241/06) de sua autoria que previa a implantação de uma escola de construção naval em Cruzeiro do Sul (AC). Como salientou, a escola técnica federal poderia construir embarcações para o rio Juruá, que corta a região, para toda a Amazônia e até para países vizinhos. Para o senador, a escola teria também o poder de atrair a instalação de estaleiros na cidade.

Mesquita Júnior ainda registrou a realização, em Feijó (AC), de novas eleições para a escolha de prefeito e vice-prefeito. Segundo ele, o prefeito de Feijó, do PT, e também o de Sena Madureira, coligado ao mesmo partido, foram cassados por corrupção eleitoral.

agenda

Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento

Nesta quinta-feira, no Plenário, seis comissões permanentes realizarão audiência conjunta para celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, instituído pelas Nações Unidas em 2001 e celebrado no Brasil desde 2005.

A data é comemorada em 10 de novembro e, segundo o site da Unesco no Brasil, representa uma oportunidade para que se reflita sobre a função que a Ciência desempenha na construção de um mundo melhor.

A audiência é promovida pelas comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), Agricultura (CRA), Educação (CE), Infraestrutura (CI), Meio Ambiente (CMA) e Relações Exteriores (CRE) e foi requerida por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Flávio Torres (PDT-

CE), Flávio Arns (PSDB-PR), Renato Casagrande (PSB-ES), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Fernando Collor (PTB-AL) e Valter Pereira (PMDB-MS). Para a audiência, foram convidados o chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia, José Monserrat Filho; o representante da Unesco no Brasil, Vicent Defourny; o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Marco Antonio Raupp; o presidente da Academia Brasileira de Ciência (ABC), Jacob Palis; a coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano da Universidade de São Paulo (USP), Mayana Zatz; e a coordenadora mundial do Programa de Educação Científica da Unesco, Beatriz Macedo.

rondônia



Acir Gurgacz foi o segundo colocado na eleição de 2006 para o Senado. Ex-prefeito de Ji-Paraná, ele é presidente do diretório do PDT de Rondônia

Acir Gurgacz toma posse na vaga de Expedito Júnior

Acir Gurgacz (PDT) é o novo senador pelo estado de Rondônia, no lugar de Expedito Júnior (PSDB). Ele tomou posse na tarde da última quinta-feira, depois de lido em Plenário requerimento de Expedito Júnior enviado à Mesa do Senado em que desistia de defender seu mandato na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Expedito havia sido cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder econômico e compra de votos. A cassação foi ratificada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Expedito pediu a retirada de seu recurso minutos antes que o presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), apresentasse à imprensa despacho em que devolvia o caso à Mesa. Demostenes argumentou que Expedito “queria transformar a CCJ em tribunal”, o que “é inconstitucional”.

Em entrevista, Demostenes disse que a Mesa deveria ter empossado Acir Gurgacz imediatamente, cumprindo a decisão do STF e evitando o envio do recurso à CCJ, “uma situação

absolutamente desnecessária”. Demostenes contou ainda que, em telefonema, o presidente do Senado, José Sarney, lhe teria dito que “se sentiria confortável” se fosse antecipada a decisão da CCJ, marcada para esta quarta-feira.

Gurgacz foi o segundo colocado na eleição de 2006 para o Senado, em Rondônia.

Nascido em Cascavel (PR), em 25 de fevereiro de 1962, Acir Gurgacz migrou para Rondônia na década de 70, em ampliação das empresas de sua família. Ingressou na política pelo PDT em 2000, quando foi eleito para a prefeitura do município de Ji-Paraná (RO). Em 2002, ficou em terceiro lugar na disputa pelo governo do estado. Em 2006, concorreu ao Senado, ficando em segundo lugar, com 31,1% dos votos válidos. Acir Gurgacz é o atual presidente regional do PDT em Rondônia e tem como primeiro e segundo suplentes seu pai, Assis Gurgacz, e Ruy Motta, superintendente regional do Trabalho e Emprego de Rondônia.

institucional

Senado participa da Feira Pan-Amazônica do Livro

Entre as obras expostas no estande da instituição no evento em Belém, estão dois livros que descrevem locais e fatos ocorridos no Pará no século 19

Os livros *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, de Antônio Ladislau Monteiro Baena, e *Fundação de Belém do Pará – Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco*

em 1616, de Ribeiro do Amaral, são duas das publicações que o público que comparecer à 12ª Feira Pan-Amazônica do Livro poderá adquirir no estande do Senado. O evento começou na última

sexta-feira e vai até o dia 15, no Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, em Belém. O país homenageado deste ano é a França e a estimativa dos organizadores é de 500 mil visitantes na feira.

Já a obra de Ribeiro do Amaral foi lançada para comemorar o tricentenário da cidade de Belém. O livro, que custa R\$ 10, conta a saga do militar português Francisco Caldeira de Castelo Branco, chamado para auxiliar Jerônimo de Albuquerque na consolidação da vitória dos portugueses sobre os franceses, em São Luís.

Editado em parceria com a



Visitantes da feira terão acesso a obras históricas, vendidas a preços acessíveis pelo Conselho Editorial do Senado

Evento mundial sobre tecnologia da informação

A Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) representou a Casa na World e-Parliament Conference 2009, realizado em Washington (EUA) na última semana. Foram apresentados no evento o Portal Orçamentário do Senado, o Siga Brasil, e o premiado portal LexML Brasil.

Senadores criam Diploma José Ermírio de Moraes

O Senado premiará anualmente com o Diploma José Ermírio de Moraes três empresas ou empresários do setor industrial que tenham oferecido contribuição relevante à economia nacional, ao desenvolvimento sustentável e ao progresso do país. As indicações serão feitas pelos senadores.

Exposição divulga artistas pouco conhecidos no país

Mais de 50 artistas plásticos participarão da quinta edição da exposição *Artistas Brasileiros (Novos Talentos – Pintura)*. Cada senador foi convidado a indicar uma obra de um artista em atividade que ainda não foi amplamente consagrado no Brasil. O evento ocorre de 16 de novembro a 4 de dezembro, no Salão Branco.

BLOG DO SENADO

Produção legislativa e esclarecimentos a respeito de notícias publicadas pela imprensa são os destaques do Blog do Senado (<http://blog.senado.gov.br>), no ar desde a última semana. O blog abre espaço para a participação do leitor que se cadastrar.

DEMISSÃO

Foi publicado no Boletim Eletrônico de Pessoal do Senado (BAP) ato do presidente do Senado, José Sarney, demitindo o servidor João Carlos Zoghbi. Além de responder a três inquéritos administrativos no Senado, Zoghbi é também investigado pela Polícia Federal.

RECADASTRAMENTO

Até o final da tarde da última sexta, dos 6.277 servidores efetivos e comissionados do Senado, apenas 26 não haviam concluído o recadastramento obrigatório adotado pela Casa e outros 14 não tinham sequer iniciado o processo. O prazo acabava à meia-noite.

BRAILE

Kits da coleção em braille do Senado foram distribuídos por senadores na 4ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas e na 12ª Feira Pan-Amazônica do Livro. Sexta-feira, a entrega será feita na 55ª Feira do Livro de Porto Alegre.

presidência

Projetos sobre mudanças climáticas terão decisão rápida, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, prometeu agilizar a tramitação dos projetos que dão suporte à posição que o Brasil levará à 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que se realizará no próximo mês, em Copenhague. A promessa foi feita em reunião com a presidente da Comissão Mista

Permanente de Mudanças Climáticas, Ideli Salvatti (PT-SC), e o relator, deputado Colbert Martins (PMDB-BA).

– Os dois projetos, o que institui uma política nacional de mudanças climáticas e o que cria o fundo nacional de mudanças climáticas, terão decisão terminativa das comissões – disse Ideli.



JANE ARAÚJO

O ministro Edson Santos, da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial, voltou a pedir ao presidente José Sarney pressa na aprovação do projeto de Estatuto da Igualdade Racial, já votado pela Câmara e que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O desejo do ministro é que o texto seja sancionado

no próximo dia 20 – Dia da Consciência Negra.

A expectativa do ministro é de que o acordo que levou à aprovação do projeto de Paulo Paim (PT-RS) pelos deputados se reproduza no Senado.

– É um instrumento de redução da desigualdade em nosso país – afirmou o ministro.

PECUARISTAS

Produtores rurais das regiões de Imperatriz e Açailândia, no Maranhão, se reuniram com José Sarney e pediram a prorrogação do prazo para reflorestamento de 80% de suas propriedades. Sem a prorrogação, a partir desta quarta os pecuaristas da região estarão ilegais.

POLICIAIS

A proposta que fixa um piso nacional de salário para policiais e militares do Corpo de Bombeiros deverá ser submetida logo ao Plenário, afirmou José Sarney em entrevista. "Há uma prioridade já estabelecida entre as lideranças de darmos preferência a todos os processos relativos à segurança pública", disse.

ADVOGADO-GERAL

José Sarney recebeu na quinta-feira o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, que disse ter vindo estreitar o diálogo daquela instituição com o Legislativo. Adams frisou a importância do Parlamento para o fortalecimento da democracia.

ACADEMIA MINEIRA

O presidente da Academia Mineira de Letras, Murilo Badaró, e outros intelectuais entregaram a José Sarney placa comemorativa do centenário daquela instituição. A peça homenageia Sarney por relevantes serviços prestados àquela entidade quando ele era presidente da República.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP) em papel reciclado

programação

Mudanças da nova Lei do Inquilinato

Aprovada recentemente pelo Senado, a nova Lei do Inquilinato altera vários aspectos das relações entre proprietários de imóveis e inquilinos e deve aumentar a oferta no mercado imobiliário.

Como fica a situação dos fiadores? E quais os novos prazos para desocupação de imóveis? Essas e outras questões serão debatidas no programa *Entrevista Especial*, que a Rádio Senado apresenta nesta segunda-feira, ao meio-dia.

Entrevista Especial

Senado FM e OC
9/11, segunda-feira, às 12h
Internet: 9/11, segunda-feira

Psiquiatra fala sobre síndrome do pânico

Diretamente relacionado à ansiedade, o transtorno do pânico caracteriza-se por crises inesperadas de medo e desespero sem motivo aparente, que podem levar a pessoa a desenvolver medos irracionais.

O temor de novas crises pode atingir grandes proporções, a ponto de o indivíduo tornar-se incapaz de dirigir ou mesmo de sair de casa, comprometendo sua qualidade de vida.

Para entender melhor e saber como tratar o problema, a Rádio Senado conversa nesta quarta-feira com o psiquiatra José Mário Simil Cordeiro.

Pergunte ao Doutor

Senado FM: 11/11, quarta-feira, às 7h30
Ondas Curtas: 16/11, segunda-feira
Internet: 11/11, quarta-feira



Quadro reproduz o momento em que, no Rio, os líderes do movimento proclamam a República

TV Senado reconstrói a trajetória da República brasileira

Documentário aborda desde a Proclamação, em 1899, até os dias atuais, mostrando as mudanças nos costumes e nas leis

Neste sábado, estreia na TV Senado o especial *120 anos da República*, documentário gravado nos principais museus históricos do país. O programa é uma crônica da vida brasileira no período de 1889 até hoje. Das intervenções militares às mudanças de costumes e códigos, o documentário aborda temas como a história do voto, a participação das mulheres na vida social e política e a construção da cidadania.

Com apresentação do professor e também historiador Antonio Barbosa, o programa conta com intervenções e comentários do antropólogo Roberto da Matta. A equipe da TV Senado também percorreu praças por todo o Brasil, registrando com detalhes imagens de monumentos históricos e ambientes que remontam ao início do período

republicano, como o Palácio do Catete, a Ilha Fiscal, o Forte de Copacabana, o Museu do Ipiranga, a Casa de Benjamin Constant, a Faculdade de Direito do Recife, o Teatro Amazonas, a Confeitaria Colombo, sem esquecer ruas e praças do Rio de Janeiro.

A edição do *Jornal do Senado* que circula na próxima segunda-feira (dia 16) incluirá encarte com detalhada reconstituição dos ideais, fatos e personagens que levaram à queda do Império e à instituição da República.

Senado Documento

TV Senado – *120 anos da República*
14/11, sábado, às 15h30
15/11, domingo, às 21h

Relações comerciais com países árabes em debate

Apesar da crise internacional, as exportações brasileiras para os 22 países árabes aumentaram 4,1% no primeiro semestre de 2009 em relação ao mesmo período do ano passado. Para analisar o crescimento dessas relações comerciais, bem como os investimentos árabes no Brasil, o *Senado Economia* recebe o secretário-geral da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, Michel Alaby.

Senado Economia

Senado FM
9/11, segunda-feira, às 7h30
Internet: 9/11, segunda-feira

Padrão único de rádio digital no Mercosul

O governo brasileiro deve decidir ainda neste ano se o padrão de rádio digital será o europeu DRM (Digital Radio Mondiale) ou o norte-americano HD Radio, também conhecido como Iboc (In Band on Channel). Integrante do Parlasul, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) sugere que se adote apenas um modelo para todos os países do Mercosul.

Em entrevista ao programa *Estação da Mídia*, da Rádio Senado, Zambiasi informou que o Parlamento do Mercosul poderá debater a implantação do rádio digital nos países do bloco. Para ele, é natural que a decisão do Brasil influencie a dos demais países.

Estação da Mídia

Senado FM
10/11, terça-feira, às 7h30
Internet: 10/11, terça-feira



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Música
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Música
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - EcoSenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Música
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Música
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Música



SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (40), Manaus (57), Natal (52), NET, Mais TV e Video Cabo Recife (55), Rio de Janeiro (49 e 64) e Salvador (53).
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)
UHF: Brasília (canais 36 e 51), Fortaleza (43), João Pessoa

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2

Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L):

1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m
PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: ¾

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*
ANTENA PARABÓLICA
Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Poupança

"Lentamente, os últimos governos vêm acabando com a poupança dos brasileiros. Os rendimentos vêm caindo, até o patamar atual: 0,5%. As explicações não convencem, pois quando vamos tirar um empréstimo bancário pagamos quase 50% em juros ao final de 12 meses. Quando aplicamos na poupança, recebemos apenas 6,5% ao ano. Precisamos de governantes que pensem na maioria, que são os mais pobres."

Adriano Oliveira, de Caruaru (PE)

Ensino para detentos

"A proposta de que as penitenciárias tenham que oferecer ensino a distância aos detentos não leva em conta que o poder público sequer consegue resolver o problema da superlotação."

Arnaldo G. Bianchini, de Monte Carmelo (MG)

Meio ambiente

"Fico feliz com os debates promovidos pelo Senado Federal na busca do aperfeiçoamento da legislação ambiental, mas lamento pela minha cidade. A Polícia Federal esteve aqui para apurar denúncias de crimes ambientais e efetuou a prisão de empresários. O prefeito, que deveria louvar o cumprimento da lei, criticou a operação na imprensa local e chamou o povo para uma manifestação com o objetivo de fechar a BR-476 por uma hora. A população acredita na convivência dos órgãos de fiscalização do estado e pede aos três senadores do Paraná que olhem com carinho para a região sul do estado, que seja constante a presença da Polícia Federal e que seja instalada uma unidade do Ibama."

Claudir Portella, de União da Vitória (PR)

CPI

"É lastimável ver políticos se acusando em reuniões de comissões parlamentares de inquérito, acreditando que, com isso, estão suprindo os anseios

da sociedade (eleitores). Ao final de cada CPI vemos culpados, mas não condenados. Gostaríamos de ligar nossas TVs e ver uma programação jornalística que nos trouxesse informações reais, e não parlamentares em busca de aceitação popular (votos)."

Ronier Vaz dos Santos, de Timóteo (MG)

Piso para professores

"É muito triste ler comentários como o de Helena Costa Lopes de Freitas, coordenadora da Secretaria de Educação Básica do MEC, segundo a qual não é viável, no momento, garantir piso salarial para professores da educação básica equivalente a 70% da remuneração dos professores da educação superior. Ela diz que o ministério não dispõe de orçamento nem para pagar o piso de R\$ 900 ao magistério público da educação básica, estabelecido pela Lei 11.738/08. Senhores parlamentares, entendam, de uma vez por todas, que a solução para um Brasil melhor está na educação. Principalmente na educação básica. Seus professores deveriam ganhar tanto ou até mais que os da educação superior. Não tem dotação no Orçamento? Que se aumente a dotação para a educação."

Hilton de Aquino, de Caldas Novas (GO)

Educação ambiental

"A concentração média de gás carbônico está aumentando dramaticamente. Em 1958, sua concentração era de cerca de 315 ppm [partes por milhão]. Em 1990, foi para cerca de 352 ppm. Em janeiro de 2000, alcançou 370 ppm. É inevitável que ele vai continuar a aumentar se os seres humanos continuarem a queimar combustíveis fósseis e desmatar florestas nas taxas atuais. Esse é o futuro que deixaremos para as próximas gerações? São necessárias mudanças diretas e indiretas das atividades humanas por meio de políticas públicas em educação ambiental."

Taynara Assano Zoner, de Assis (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

Mudança eleitoral adiou reforma política

"Gostaria de saber se, com a reforma política, os eleitores ficarão livres dos cabos eleitorais e de práticas como a compra de votos."

Everaldo Rocha, de Irecê (BA)

O senador **Tião Viana (PT-AC)** responde:

A reforma política não está acontecendo no Brasil, infelizmente. O que tivemos foi um pequeno ajuste na legislação, estabelecendo novas regras, basicamente sobre o uso da internet e de alguns itens que dizem respeito à organização do financiamento de campanha. Uma reforma política que venha para fortalecer os partidos, assegurar a autoridade do legislador sobre o processo eleitoral e confirmar o voto como a expressão maior da democracia brasileira nós ainda não tivemos.

Com informações da Rádio Senado

frases



O Senado começa a encerrar uma página triste de sua história, agravada ao longo dos últimos 14 anos. Nesse período, um silêncio absoluto sobre as ações que ocorriam na área administrativa tomou conta da Casa

Heráclito Fortes, sobre a reforma administrativa do Senado.



GERALDO MAGELA

Lula chegou ao exagero de dizer que o país está travado. Não é verdade. Pelo que sei, as obras que estão paradas, em sua maioria, foram acossadas pela praga do superfaturamento

Pedro Simon, sobre declarações de Lula, de que o TCU estaria travando obras do governo.

Só quero que votem. Não se está obrigando ninguém a votar como os senadores votaram [pela aprovação], mas não dá para se acovardar, porque não votar é se acovardar, é se esconder

Paulo Paim, ao cobrar dos deputados a votação do reajuste de aposentadorias e pensões.

O corpo não vai mal, mas a nossa alma continua deserta, doente

Cristovam Buarque, para quem a deficiência no acesso à cultura reflete na alma do brasileiro.

Talvez seja o momento de recomeçarmos simplesmente como área de livre comércio, sem envolvimento político. O Mercosul não pode se tornar um ônus para o Brasil

Arthur Virgílio, afirmando posição contrária à entrada da Venezuela no Mercosul.

Um bloco econômico é algo que ultrapassa quem está no governo

Ideli Salvatti, argumentando a favor do ingresso da Venezuela no Mercosul.

O que está em curso agora é o Floresta Zero

Marina Silva, sobre alterações na legislação ambiental que comprometem a preservação das florestas.

Nós precisamos celeremente avançar no sentido de que do Alasca à Patagônia possa haver a livre circulação de capitais e de bens e serviços, mas, sobretudo, o que é mais importante, das pessoas

Eduardo Suplicy, nos 20 anos da queda do Muro de Berlim, ao defender a eliminação de todos os muros ainda existentes.



GERALDO MAGELA

Internet ganha destaque na eleição de 2010

Os candidatos às eleições gerais de 2010 contarão com ampla liberdade de expressão na internet, podendo começar a pedir votos aos eleitores a partir de 5 de julho de 2010. Também poderão fazer propaganda e arrecadar recursos na rede, inclusive por meio de cartão de crédito. A nova legislação permite ainda que as páginas oficiais dos partidos e dos candidatos na internet veiculem propaganda eleitoral mesmo no dia da eleição, o que não pode ocorrer no rádio e na televisão.

Essas e outras alterações – algumas delas apresentadas na edição anterior do *Especial Cidadania* – foram feitas pela minirreforma eleitoral (Lei 12.034/09) aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República em 29 de setembro.

Uma mudança que provocou polêmica foi a impressão do voto a partir das eleições de 2014, considerada um retrocesso pelo ministro da Defesa e ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Nelson Jobim, e pelo presidente da corte, Carlos Ayres Britto. Em 2002, lembrou Britto, a iniciativa atrasou a

votação, com travamento das máquinas impressoras.

O presidente do TSE criticou ainda a possibilidade de fraude com as novas regras para o voto em trânsito: para implementá-lo sem um cadastro prévio do eleitor feito cinco meses antes da eleição, o sistema de votação teria que ser colocado em rede, com riscos para a segurança de todo o processo.

Para o senador Eduardo Azevedo (PSDB-MG), relator da minirreforma na Comissão de Ciência e Tecnologia, se o Legislativo não fizesse a regulamentação do uso da *web* em campanhas, essa função ficaria a cargo do TSE, que tem tomado decisões mais restritivas em relação à rede.

– Defendemos a liberdade de expressão, mas não podemos ser adeptos da falta de regras mínimas de convivência – disse.

Sobre o voto impresso, Azevedo avalia que as falhas do sistema aumentarão, exigindo votação em papel em diversas seções. Haverá ainda incremento de custos e fraudes já conhecidas no processo não eletrônico. Esse item da minirreforma havia sido retirado no Senado, mas foi restabelecido pela Câmara.



A identificação biométrica, por meio da impressão digital do eleitor, é uma das novidades na legislação eleitoral

Ofensas na rede dão direito de resposta

- É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato e assegurado o direito de resposta. A violação dessa norma sujeita o responsável pela divulgação da propaganda e o beneficiário, quando comprovado o prévio conhecimento desse último, a multa de R\$ 5 mil a R\$ 30 mil.

- O pedido de resposta relativo na internet seguirá as seguintes regras:

- » a resposta deverá ser divulgada no mesmo veículo,

espaço, local, horário, página eletrônica, tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados na ofensa, em até 48 horas após a entrega da resposta do ofendido;

- » a resposta ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo não inferior ao dobro em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva;

- » os custos de veiculação da resposta correrão por conta

do responsável pela propaganda original.

- Os pedidos de direito de resposta e as representações por propaganda eleitoral irregular em rádio, televisão e internet terão preferência na tramitação de processos da Justiça Eleitoral.

- A propaganda veiculada gratuitamente na internet não está sujeita à proibição do Código Eleitoral (Lei 4.737/65), que veda qualquer propaganda política de 48 horas antes a até 24 horas após a eleição.

E-mails indesejados rendem multa

- As mensagens eletrônicas enviadas por candidato, partido ou coligação deverão dispor de mecanismo que permita seu descadastramento pelo destinatário, sendo o remetente obrigado a providenciá-lo em 48 horas. Se após esse prazo forem ainda enviadas, os responsáveis estarão sujeitos a multa de R\$ 100 por mensagem.

- É proibida a venda de cadastro de endereços eletrônicos. A multa vai de R\$ 5 mil a R\$ 30 mil.

Páginas podem ser bloqueadas

- O provedor que tenha comprovadamente prévio conhecimento do material de propaganda eleitoral de candidato, partido ou coligação está sujeito às penas previstas na nova Lei Eleitoral se, no prazo determinado, não suspender a divulgação.

- A pedido de candidato, partido ou coligação, a Justiça poderá determinar, por 24 horas, a suspensão do acesso a todo conteúdo informativo dos sites da internet que deixarem de cumprir a lei. A empresa provedora deverá informar esse fato a todos os usuários. O período de suspensão será duplicado a cada reincidência.

Mentira sobre a autoria

- Será punido com multa de R\$ 5 mil a R\$ 30 mil quem realizar propaganda eleitoral na internet e atribuir indevidamente sua autoria a terceiro, inclusive a candidato, partido ou coligação.

Doações por meio de sites

- Pessoas físicas podem fazer doações em dinheiro para campanhas. Toda doação a um candidato ou partido deverá ser feita mediante recibo, em formulário impresso ou eletrônico, no caso de doação via internet, dispensada a assinatura do doador.

- As doações em dinheiro somente poderão ser feitas na conta bancária específica, aberta pelo partido e pelo candidato para registrar todo o movimento financeiro da

campanha eleitoral.

- É permitido o uso de cartão de crédito, desde que haja:
 - » identificação do doador;
 - » emissão obrigatória de recibo eleitoral para cada doação realizada.

- Nas doações pela internet, candidatos, partidos ou coligações que não tiverem conhecimento de fraudes ou erros cometidos pelo doador não serão responsabilizados nem terão suas contas eleitorais rejeitadas.

Voto impresso em 2014

- Será criado a partir das eleições de 2014. Conferido pelo eleitor, terá garantia de total sigilo, obedecendo às seguintes regras:

- » A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, as telas referentes às eleições proporcionais; em seguida, às eleições majoritárias; finalmente, o voto completo, para conferência e confirmação.

- » O voto deverá ser depositado de forma automática, sem contato manual do eleitor, em

local previamente lacrado.

- » Encerrada a votação, a Justiça Eleitoral realizará, em audiência pública, auditoria independente do *software* mediante o sorteio de 2% das urnas eletrônicas de cada zona eleitoral.

- » O eleitor poderá ser identificado por sua biometria ou pela digitação do seu nome ou número de eleitor, desde que a máquina de identificar não tenha nenhuma conexão com a urna eletrônica.

Voto em trânsito nas capitais

- A nova lei assegura aos eleitores em trânsito, nas capitais dos estados, o direito de voto nas eleições para presidente e vice-presidente da República, em urnas especialmente instaladas.

Propaganda cibernética

Permitida

- Após 5 de julho do ano da eleição, sob as seguintes formas:
 - » em *site* do candidato, partido ou coligação, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado em provedor estabelecido no país;
 - » por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, partido ou coligação;
 - » por meio de *blogs*, redes sociais, *sites* de mensagens instantâneas e assemelhados.

Proibida

- Qualquer tipo de propaganda eleitoral paga veiculada na internet. O responsável pela propaganda e o beneficiário estão sujeitos a multa de R\$ 5 mil a R\$ 30 mil.
- Ainda que gratuitamente, é proibida a veiculação de propaganda eleitoral em *sites*:
 - » de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos;
 - » oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Saiba mais

Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Praça dos Tribunais Superiores, bloco C
Brasília (DF) – CEP 70096-900
(61) 3316-3000 www.tse.gov.br